ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS JUNHO - 2026

1) ABERTURA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2026, às 09h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito à Rua Jaú nº 880, Sala 54, Praia Grande/SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Cristiano de Mola, Gilmar Augusto Garcia, Miriam Tamasiro, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti.
Dando início à reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia, que compreendeu:

- análise do cenário macroeconômico referente ao mês de maio de 2026;
- apreciação do Relatório Analítico dos Investimentos do mesmo período;
- verificação do enquadramento da carteira à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026; e
- considerações finais.

Na sequência, os membros passaram à análise dos itens constantes da pauta.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Foram apresentados aos membros do Comitê o Panorama Econômico de maio de 2026, emitido pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lido, discutido e aprovado, o relatório passa a integrar a presente Ata, constando, na sequência, a Síntese da Leitura do Panorama Econômico dos períodos analisados. O Comitê tomou ciência do cenário econômico global e doméstico apresentado, registrando que as projeções de política monetária, a dinâmica da curva de juros, o comportamento dos mercados internacionais e os indicadores de atividade impactam diretamente a estratégia de alocação da carteira do FPGPREV, servindo de base técnica para as análises e deliberações subsequentes.
SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS
Maio de 2026 pode ser resumido em uma palavra: reversão. Depois de um abril marcado pelo alívio geopolítico, a fragilidade do cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã voltou ao centro das atenções. O petróleo, que havia recuado para 90 dólares em abril, voltou a subir e chegou a bater acima de US$ 110 por barril no início de maio, antes de recuar expressivamente, encerrando em torno de US$ 91 por barril, cerca de 17% no mês, a maior baixa mensal desde março de 2020, impulsionada pelas esperanças de um acordo de paz entre EUA e Irã. O Ibovespa, que havia flertado com os 200 mil pontos em abril, recuou 7,22% no mês, o pior resultado desde fevereiro de 2023, com saída de estrangeiros de R$ 11,7 bilhões. O PIB do primeiro trimestre surpreendeu positivamente, crescendo 1,1% ante o trimestre anterior, impulsionado por agropecuária, indústria e consumo das famílias.
Enquanto o petróleo girava em torno das negociações de Ormuz, a inflação americana revelou a conta dessa volatilidade: o CPI de maio acelerou para 4,2% ao ano, o maior nível desde o início de 2023, com a energia respondendo por mais da metade do avanço. O Fed segue sem movimentar os juros (3,50%–3,75%) pela perspectiva de juros altos por mais tempo. Na Europa, BCE confirmou a sinalização de abril: a reunião de 11 de junho deve trazer a primeira alta de juros, com a inflação da Zona do Euro subindo para 3,2% em maio. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, mantendo-se em contração pelo segundo mês consecutivo.
A narrativa de maio é a de um mercado que testou os limites do otimismo construído no mês anterior. O petróleo e a inflação ainda ditam o ritmo. Quem navegou com cautela em abril e aproveitou a reversão de maio, capturando a queda do barril e o recuo do dólar, ficou bem posicionado. O segundo trimestre segue com o mesmo binômio: paz no Oriente Médio representa alívio; conflito prolongado é igual pressão estrutural.

ESTADOS UNIDOS

CURVA DE JUROS

Em maio de 2026, a curva de juros americana voltou a pressionar. Com o CPI acelerando para 4,2% ao ano e o mercado passando a precificar uma possível alta de juros, os Treasuries de 10 anos foram negociados na faixa de 4,30% a 4,50%, refletindo o temor de que a aceleração do CPI pudesse forçar o Fed a uma alta. Ao final do mês, com o petróleo cedendo, as taxas recuaram para perto de 4,25%, devolvendo parte da alta.

O spread entre os vértices de 10 e 2 anos permaneceu positivo em torno de 45 a 55 pontos base confirmando que o mercado não precifica recessão imediata, mas já incorpora o risco de que o próximo movimento do Fed seja uma alta e não um corte. A curva está em modo de espera prolongado.

DOLLAR INDEX (DXY)

O Dollar Index (DXY) oscilou com alta volatilidade em maio, encerrando o mês entre 99 e 101 pontos, em um mês de intensa volatilidade. Nos momentos de escalada do conflito, o dólar se fortalecia; nas janelas de aproximação de acordo de paz, recuava. O real perdeu parte da valorização de abril com a saída de capitais da Bolsa.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho americano seguiu resiliente em maio, com a taxa de desemprego estável em 4,4%. Energia e defesa seguiram liderando as contratações, enquanto tecnologia e varejo permaneceram cautelosos. Com a inflação acelerando para 4,2% ao ano e os salários crescendo em torno de 3,8%, ganho real do trabalhador americano voltou a ser negativo, um dado relevante para a demanda doméstica no segundo semestre.

INFLAÇÃO

O CPI de maio de 2026, divulgado em 10 de junho, foi a leitura mais alta em mais de três anos. A inflação acelerou de 3,80% para 4,20% no acumulado de 12 meses, o maior nível desde o início de 2023 e exatamente em linha com as expectativas do mercado. Em termos mensais, os preços subiram 0,5% em maio (ante 0,6% em abril), uma desaceleração que reflete o recuo do barril ao final do mês. A energia foi a grande responsável, com alta de 23,00% ao ano em maio, enquanto os alimentos avançaram moderadamente e a inflação núcleo (que exclui energia e alimentos) subiu 0,2% no mês, abaixo das expectativas de 0,3%, sinal positivo de que a pressão inflacionária está concentrada no choque energético.

O dado mais preocupante foi justamente o núcleo: ao contrário do que o Fed esperava, a inflação subjacente acelerou mesmo com o impacto geopolítico sendo parcialmente absorvido. Isso significa que há pressões de preços estruturais na economia americana que vão além do petróleo e que o caminho de volta à meta de 2% se tornou ainda mais longo.

JUROS

O Federal Reserve não se reuniu em maio. A próxima reunião do FOMC está marcada para 17 de junho de 2026. O consenso do mercado aponta para manutenção dos juros na faixa de 3,50% a 3,75% pelo quarto encontro consecutivo.

O CPI de maio em 4,2% ao ano e o mercado de trabalho resiliente levaram analistas a discutir, pela primeira vez, a possibilidade de alta de juros ainda em 2026. Powell deve usar a reunião de junho para reforçar o discurso de cautela e dependência de dados.

RENDA VARIÁVEL

Após o forte rali de abril, Wall Street operou com volatilidade e pressão vendedora em maio. O S&P 500 encerrou o mês em queda, pressionado pelas incertezas sobre o acordo com o Irã e pela inflação acima do esperado. O setor de energia e o bancário foram os mais afetados e o juros altos por mais tempo.

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

PIB

O PIB americano do primeiro trimestre de 2026 cresceu 2,0% ao ano (dado consolidado), com os dados de atividade de maio mostrando desaceleração gradual. O PMI Composto recuou, sinalizando que os efeitos do petróleo caro chegam ao consumidor. Ante o crescimento do 4º Trimestre de 2025, o FMI projeta crescimento de 2,3%, com inflação projetada em 3,2% no ano. As perspectivas para o 2º Trimestre de 2026 apontam desaceleração, 3,2%,

O FMI mantém sua projeção de crescimento dos EUA para 2,3% em 2026 (sem alteração) (de 2,4% anterior), com inflação projetada em 3,2% no ano.

PMI

Os PMIs americanos de maio mostraram desaceleração gradual. O PMI Industrial da S&P Global recuou ligeiramente ante abril, ainda em expansão.

O PMI de Serviços S&P Global recuou de 51,0 em abril para perto de 50,5 em maio, refletindo a contenção dos gastos do consumidor com combustíveis ainda caros. O PMI Composto ficou ao redor de 50,5, sinalizando crescimento modesto.

ZONA DO EURO

INFLAÇÃO

A inflação da Zona do Euro continuou sua trajetória ascendente em maio, atingindo 3,00% ao ano, o maior nível em mais de dois anos. A energia segue como principal pressão, com alta de 17,9% ao ano. Os dados reforçaram a posição dos membros hawkish do Banco Central Europeu, aqueles que defendem juros mais altos para conter a inflação, que sinalizaram que não subir juros em junho deixou de ser uma opção.

JUROS

Na reunião de 11 de junho de 2026, o BCE elevou os juros em 0,25 ponto percentual, a primeira alta desde setembro de 2023. A taxa de Facilidade Permanente de Depósito (*se o banco guarda dinheiro no BCE – Banco Central Europeu, recebe a taxa de Depósito)* subiu de 2,00% para 2,25%, a de Refinanciamento (*se o banco pede dinheiro emprestado ao BCE, paga a taxa de Refinanciamento)* de 2,15% para 2,40% e a de Empréstimos de 2,40% para 2,65%. A decisão foi unânime no Conselho do BCE e foi justificada pelo choque energético decorrente da guerra no Oriente Médio. O BCE revisou para cima sua projeção de inflação para 2026, de 2,6% para 3,0% ao ano.

O mercado precifica 50% de probabilidade de nova alta em setembro. Analistas projetam até três altas de 0,25 ponto até o final de 2026, levando a taxa de depósito a 3,00%. Christine Lagarde (Presidente do BCE) sinalizou que não há compromisso com caminho pré-definido, o BCE seguirá dependente dos dados. Para o Brasil e demais emergentes, esse cenário é relevante: à medida que o diferencial de juros entre o Brasil (14,50%) e a Europa (2,25%) for se estreitando, a atratividade relativa dos ativos brasileiros pode ser afetada. Por ora, porém, o diferencial segue amplo o suficiente para sustentar o fluxo de carry trade (estratégia de investimento que consiste em tomar dinheiro emprestado em um país com juros baixos e aplicar em um país com juros altos) em favor do real.

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

PMI

Maio confirmou a tendência de contração nos serviços e moderação na indústria. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, o mantendo-se abaixo de 50 pelo segundo mês consecutivo.

O PMI de Serviços subiu de 47,6 em abril para 47,7 em maio, o mas permaneceu firmemente em contração. Alemanha e França foram os principais vetores negativos, enquanto Itália e Espanha registraram modestos crescimentos. O volume de novos negócios contraiu pelo terceiro mês consecutivo. O PMI Composto da Zona do Euro recuou para 48,5, pelo segundo mês consecutivo em contração. O risco de recessão técnica no 2º Trimestre de 2026 na Europa permanece no radar.

CHINA

INFLAÇÃO

A inflação na China seguiu pressionada em maio de 2026 pelos custos de energia e insumos industriais. O PPI (preços ao produtor) consolidou sua saída do território deflacionário, mas as margens corporativas seguem comprimidas. O petróleo caro impacta de forma assimétrica a China, maior importadora mundial de petróleo, especialmente com o Estreito de Ormuz parcialmente fechado.

JUROS

O Banco Popular da China (PBOC) manteve as principais taxas de referência (LPR) inalteradas em maio, com a de 1 ano em 3,00% e a de 5 anos em 3,50%. A postura de cautela reflete o equilíbrio delicado que o banco central tenta manter: com inflação ainda baixa, haveria espaço teórico para estimular, mas a pressão de custos vindos do petróleo e as margens bancárias estreitas limitam a ação. O suporte econômico continua sendo canalizado via política fiscal, gastos em infraestrutura, subsídios e crédito direcionado, em vez de reduções generalizadas de juros.

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

PIB

O PIB da China no primeiro trimestre de 2026 foi confirmado em 5,0% no acumulado de 12 meses, acima da previsão de 4,80% dos economistas consultados e acelerando ante os 4,50% do 4º Trimestre de 2025. O resultado está no topo da faixa da meta oficial de Pequim para 2026 (4,50% a 5%), o que o NBS (Escritório Nacional de Estatísticas) classificou como uma conquista "rara e louvável" num ambiente externo "complexo e volátil". O motor do crescimento foi o aumento das exportações, especialmente de produtos ligados à inteligência artificial, antes que a guerra no Oriente Médio elevasse os custos de energia e complicasse as rotas marítimas.

O ponto de atenção veio da comparação trimestral: a economia expandiu apenas 1,30% ante o 4º Trimestre de 2025, desacelerando em relação aos 1,5% do trimestre anterior, sinal de que o ritmo interno ainda enfrenta obstáculos. As novas encomendas recuaram para apenas 2,50% em março, forte queda ante os 21,80% de janeiro a fevereiro, indicando que o pico de antecipação de pedidos já passou. Os preços de fábrica saíram da deflação em março pela primeira vez em mais de três anos, mas analistas alertam que essa "inflação ruim", impulsionada pelos custos de insumos de energia, pode comprimir ainda mais as margens corporativas já reduzidas. Para 2026, projeta-se crescimento de 4,60%, com desaceleração para 4,70% já no 2º Trimestre de 2026, uma vez que os efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os custos de energia e a logística global comecem a pesar de forma mais direta sobre a segunda maior economia do mundo.

PMI

Os PMIs chineses de maio sinalizaram estagnação da manufatura e contração nos serviços. O PMI oficial de manufatura (NBS – *que mede a atividade de grandes empresas e estatais*) recuou de 50,3 em abril para 50,0 em maio — fronteira exata entre expansão e contração.

O PMI privado (*que mede a atividade das pequenas e médias empresas e empresas do setor privado*) também recuou, ficando abaixo de 51, o menor nível em meses, refletindo a cautela dos exportadores.

O PMI não manufatureiro (serviços) permaneceu em contração, em torno de 49,4. O aumento dos combustíveis e a incerteza sobre o crescimento seguiram contendo o consumidor. O PMI Composto NBS ficou em torno de 50,1.

BRASIL

JUROS

Não houve reunião do Copom em maio. A última decisão, em 29 de abril de 2026, reduziu a taxa de 14,75% para 14,50% ao ano. A próxima reunião do Copom está prevista para 17 e 18 de junho de 2026. O mercado projeta novo corte de 0,25 ponto, levando a Selic a 14,25% ao ano.

O Boletim Focus revisou o IPCA de 2026 de 3,90% para 4,60%, ultrapassando o teto da meta de 4,50%. Isso coloca o Copom em uma posição peculiar: cortar juros enquanto projeta inflação acima do teto da meta. A justificativa é que o choque é de natureza externa (energia) e temporário, e que manter juros muito altos em uma economia que já desacelera seria inadequado. O mercado, porém, ficou mais cauteloso: o foco do mercado se volta para a reunião de junho, onde o Copom sinalizará o ritmo dos próximos cortes.

INFLAÇÃO

O IPCA de maio de 2026, divulgado pelo IBGE em 12 de junho, registrou alta de 0,58% no mês, desacelerando ante os 0,67% de abril e levemente acima da expectativa do mercado (consenso de 0,53%). No acumulado de 12 meses, a inflação subiu para 4,72%, acima dos 4,39% de abril e ultrapassando o teto da meta de 4,50% pelo sistema de meta contínua. No ano, o IPCA acumula 3,18%. Os principais vetores de pressão foram Habitação (+2,3%), impulsionado pela entrada em vigor da bandeira tarifária amarela de energia elétrica, e Alimentação e Bebidas, pressionado por alimentos in

natura como batata-inglesa e tomate. Em contrapartida, o grupo Transportes voltou a cair (-0,5%), com gasolina (-1,7%), etanol (-5,1%) e óleo diesel (-4,2%) registrando deflação, reflexo direto da queda do petróleo Brent em maio. Serviços subjacentes seguem pressionados, acumulando 5,27% em 12 meses, sinalizando que a inflação de serviços, mais resistente e estrutural, permanece bem acima da meta.

Projeções de mercado (Boletim Focus): a mediana para o IPCA 2026 segue em 5,04%, nona alta consecutiva e acima do teto da meta de 4,50%. A Selic ao fim de 2026 foi revisada para 13,25%, refletindo a percepção de que o ciclo de cortes será mais curto e cauteloso do que o esperado anteriormente, especialmente com o Banco Central Europeu subindo juros e o Fed sem espaço para cortar.

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

PIB

O IBGE divulgou em 29 de maio de 2026 o PIB do primeiro trimestre de 2026, que registrou crescimento de 1,1% ante o trimestre anterior, acima das expectativas do mercado (1,0%). Do lado da produção, a agropecuária avançou 2,0%, a indústria 1,0% e os serviços 0,5%. O consumo das famílias cresceu 1,0% reflexo da isenção do IR. Em valores correntes, o PIB movimentou R$ 3,3 trilhões.

O crescimento do 1º Trimestre de 2026 representou expansão de 1,8% na comparação com o 1º Trimestre de 2025. O mercado elevou sua projeção do PIB anual de 2026 para 1,85%. O Boletim Focus projeta crescimento de 1,85% para 2026, enquanto a Fazenda projeta 2,30%. O alerta de consenso: o crescimento do 1º Trimestre de 2026 foi sustentado por fatores temporários, safra recorde e consumo, e deve desacelerar no 2º Semestre de 2026, quando os efeitos dos juros elevados e as incertezas do ano eleitoral pesarão mais sobre a atividade

PMI

Os PMIs brasileiros de maio mantiveram o Brasil no campo positivo, mas com sinais de moderação. O PMI de Serviços permaneceu acima de 50, sustentando o PMI Composto levemente acima de 50. O setor de serviços seguiu como grande amortecedor, beneficiado pelo mercado de trabalho resiliente e pelo aquecimento ligado à Copa do Mundo FIFA 2026.

A indústria de transformação operou próxima à linha de equilíbrio, enquanto a extrativa (petróleo) sustentou a expansão industrial.

CÂMBIO

Maio de 2026 foi um mês de reversão parcial para o câmbio. Após fechar abril em R$ 4,95, o dólar chegou a ser negociado abaixo de R$ 4,89 no início de maio, mínimas históricas recentes, mas encerrou o mês em torno de R$ 5,05, alta de cerca de 2% no mês. No acumulado de 2026, o dólar ainda acumula queda de cerca de 8% a 9% frente ao real. O diferencial de juros (Selic 14,50% e. Fed Funds 3,50%–3,75%) segue como principal base do real.

Mas o fluxo de capital externo perdeu fôlego em maio, com saída líquida de R$ 11,7 bilhões da Bolsa pressionando a moeda.

BOLSA DE VALORES

O Ibovespa teve o pior mês desde fevereiro de 2023 em maio, recuando 7,22% e fechando em 173.787 pontos. O saldo de capital estrangeiro em maio foi negativo em R$ 11,7 bilhões. Três fatores explicam a reversão: renovação das tensões no Oriente Médio, perspectiva de ciclo de cortes da Selic mais curto e incerteza eleitoral crescente. O IDIV (índice de dividendos) performou relativamente melhor no ano.

O saldo de capital estrangeiro em maio foi negativo em R$ 11,7 bilhões. Em abril, a B3 havia registrado entrada líquida de R$ 3,2 bilhões (já corrigido ante o pico de R$ 14,6 bilhões até o dia 15). A lógica dos investidores estrangeiros mudou em maio: com a perspectiva de juros altos por mais tempo nos EUA e o BCE subindo juros em junho, o diferencial de atratividade do Brasil estreitou-se e o fluxo reverteu. A saída líquida em maio chegou a R$ 11,7 bilhões. Com as perspectivas mudadas em maio, o fluxo reverteu.

RENDA FIXA

Em maio de 2026, a renda fixa voltou a mostrar sua relevância como âncora de portfólio em um ambiente de volatilidade e queda da Bolsa. Com o Ibovespa em queda e o câmbio pressionado, os ativos pós-fixados e os indexados ao IPCA tiveram desempenho superior. O IMA-S (Tesouro Selic) seguiu como o ativo mais seguro, entregando retorno de +1,09% no mês, em linha com a Selic de 14,50%.

Os títulos IPCA+ de curto prazo mantiveram resiliência pelo carrego inflacionário, enquanto os longos sofreram pressão com a abertura de taxas e a revisão do Focus. O IMA-B 5+ (papéis longos, NTN-Bs acima de 5 anos) sofreu pressão com abertura de taxas, encerrando o mês em -0,20%, único índice com resultado negativo. O IMA-B 5 (papéis de curto e médio prazo, NTN-Bs até 5 anos) manteve resiliência pelo carrego inflacionário, entregando +0,97%.

Os títulos prefixados (IRF-M) operaram em campo positivo, mas com desempenho diferenciado por prazo. Com o IPCA projetado em 5,04% pelo Focus e a incerteza sobre o ritmo dos cortes da Selic, o apetite por prefixados de longo prazo segue contido. O IRF-M 1 (prefixados curtos, até 1 ano) entregou +1,07%, enquanto o IRF-M 1+ (prefixados longos, acima de 1 ano) ficou em +0,52%, refletindo a pressão das taxas longas. O IMA-Geral encerrou o mês em +0,81%, cumprindo seu papel de diversificação entre as classes de renda fixa.

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Maio de 2026 foi o mês em que o mercado testou os limites da euforia construída em abril. O Ibovespa recuou 7,22%, o pior resultado desde fevereiro de 2023, o dólar voltou a superar R$ 5,00 e a saída de estrangeiros chegou a R$ 11,7 bilhões.

A boa notícia veio do lado real: o PIB cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2026, acima das estimativas, sustentado por agropecuária, indústria e consumo das famílias. No plano externo, a inflação americana acelerou para 4,2% ao ano e o BCE, na reunião de 11 de junho, confirmou a primeira alta de juros desde 2023, elevando a taxa de depósito de 2,00% para 2,25%. A paz entre EUA e Irã segue frágil, com o Estreito de Ormuz parcialmente fechado. O Brent encerrou o mês em torno de US$ 91 por barril, queda de cerca de 17% no mês, a maior baixa mensal desde março de 2020.

A inflação mostrou que ainda não está domada. O IPCA oficial de maio fechou em 0,58%, com acumulado de 12 meses atingindo 4,72% ultrapassando o teto da meta de 4,50% pelo sistema de meta contínua. O Boletim Focus revisou o IPCA de 2026 para 5,04% e a Selic projetada ao fim do ano para 13,25%, refletindo um ciclo de cortes mais curto e cauteloso. A reunião do Copom de 17 e 18 de junho será determinante para o ritmo do segundo semestre. Lá fora, o Fed segue com juros em 3,50%–3,75% e o PMI Composto da Zona do Euro em 48,5, pelo segundo mês consecutivo em contração.

PERSPECTIVAS

O segundo semestre de 2026 vai girar em torno de uma única pergunta: o acordo de paz entre EUA e Irã vai se concretizar? A resposta define praticamente tudo: o preço do petróleo, a inflação global, os juros nos países desenvolvidos e o ritmo de cortes da Selic no Brasil.

Se o acordo de paz se firmar e o petróleo consolidar abaixo de US$ 90 por barril, a inflação global começa a ceder no segundo semestre. O Fed poderia retomar cortes em 2027 e o Copom teria espaço para avançar no ciclo. A Selic poderia terminar 2026 abaixo dos 13,25% projetados pelo Focus, o dólar voltaria a recuar abaixo de R$ 5,00 e o Ibovespa teria condições de retomar a trajetória de alta em direção aos 190 mil a 200 mil pontos. O BCE, que acabou de subir juros para 2,25%, sinalizou que novos aumentos dependem dos dados, um acordo de paz reduziria a pressão energética e abriria espaço para uma pausa no ciclo europeu.

Por fim, se o conflito se prolongar, o petróleo volta a pressionar. A inflação americana pode superar 4,5% ao ano, forçando o Fed a discutir uma alta de juros ainda em 2026. O BCE continuaria seu ciclo de aperto, com a taxa de depósito podendo chegar a 3,00% até o final do ano. O Copom seria forçado a pausar ou encerrar o ciclo de cortes. A inflação brasileira fecharia 2026 acima de 5,5%, conforme projetam analistas do mercado, e o ano eleitoral amplificaria as incertezas sobre o fiscal e o câmbio.

RECOMENDAÇÃO

Diante do cenário atual e das perspectivas, recomenda-se que o RPPS adote uma estratégia de investimentos equilibrada, priorizando segurança e liquidez, mas sem deixar de aproveitar oportunidades gradualmente emergentes. De forma prática, a orientação é:

- Manter exposição relevante em renda fixa pós-fixada (CDI, GESTÃO LIVRE e IRFM 1), aproveitando o retorno elevado proporcionado pela Selic no curto prazo.
- Manter e avaliar posições em IPCA+ (IMA-B 5), buscando proteção contra inflação acima da meta, com cautela nos papéis mais longos diante do risco de abertura de taxas.
- Reduzir exposição a renda variável após a queda de maio, priorizando setores defensivos (energia, utilities, dividendos) e aguardando maior visibilidade sobre o cenário eleitoral e o ritmo de cortes.
- Avaliar exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos.
- Reforçar análise de crédito privado (LF, CDB, FIDC), priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

A estratégia mais adequada para o momento é de gestão ativa com foco em preservação de capital, mas já incorporando movimentos graduais para capturar ganhos futuros, alinhada à Política de Investimentos e ao perfil previdenciário de longo prazo.

Diego Lira de Moura
Economista
Consultor de Valores Mobiliários

Marcelo Silva
Contabilista
Especialista em Investimentos CEA

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE MAIO DE 2026

3.1 – Composição e Resultado da Carteira

A carteira totalizou, no mês de maio, saldo de **R$1.317.725.510,36**, sendo os recursos distribuídos nos seguintes segmentos:

- Renda Fixa: R$1.235.785.508,62 – **93,78%**
- Renda Variável, Estruturados e Imobiliários: R$81.940.001,74 – **6,22%**

A Carteira de Investimentos encerrou o mês de maio com retorno positivo de **R$11.414.078,64 (0,87%)**, frente à meta atuarial de **1,02%** no período.
O Presidente do Comitê esclarece, com base no entendimento da consultoria de investimentos, que o valor do Patrimônio Líquido do fundo Geração de Energia representa uma oscilação de mercado, e não uma perda concretizada. Assim, embora conste valor negativo no extrato mensal, este não deve ser subtraído de imediato do saldo de investimentos do FPGPREV, devendo ser considerado como zerado para fins de posição da carteira. Contabilmente, o valor de R$151.779,36 (extrato de maio/2026) deverá ser subtraído por representar a variação patrimonial do Fundo, em observância aos princípios aplicáveis ao setor público.

3.2 – Enquadramento Regulamentar

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026, procedeu-se à verificação dos limites e critérios de alocação da carteira do FPGPREV.
Conforme Relatório Analítico referente ao mês de maio de 2026, constatou-se que as aplicações encontram-se aderentes aos limites estabelecidos na regulamentação vigente.

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Foram analisadas as performances, objetivos, características, composição das carteiras, rentabilidades, taxas de administração e riscos dos fundos que integram o portfólio do FPGPREV. Em razão da elevação do IPCA, que registrou 0,58% em maio de 2026, a meta atuarial do período permaneceu em patamar elevado, atingindo 1,02%, o que manteve um cenário desafiador para o cumprimento dos objetivos de rentabilidade da carteira.

O resultado consolidado da carteira no mês de maio de 2026 foi positivo, alcançando rentabilidade de 0,87%, entretanto, o resultado não atingiu a meta atuarial estabelecida para o período.

No segmento de renda fixa, os índices CDI e IRF-M 1 apresentaram desempenho superior à meta atuarial, contribuindo positivamente para o resultado da carteira.

Os fundos de vértice, por sua vez, apresentaram desempenho expressivo, superando a meta atuarial do período e contribuindo positivamente para o resultado consolidado da carteira. Tal comportamento reflete a precificação do mercado em relação à trajetória futura da política monetária, com expectativa de estabilização e posterior redução da taxa Selic, além da percepção de que a aceleração recente da inflação possui caráter predominantemente conjuntural.

No segmento de renda variável, os resultados permaneceram abaixo do necessário para contribuir de forma relevante para o atingimento da meta atuarial, com exceção dos investimentos atrelados ao índice S&P 500, que apresentaram valorização significativa no período.

De modo geral, embora a carteira não tenha alcançado a meta atuarial no mês, o desempenho obtido demonstra a importância da diversificação das estratégias adotadas, especialmente pela contribuição dos segmentos pós-fixados e dos fundos de vértice. Ademais, a manutenção de posições indexadas à inflação permanece compatível com os objetivos de longo prazo do RPPS, ainda que seus resultados possam apresentar oscilações em períodos mais curtos.

5) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

O Comitê de Investimentos analisou o fluxo de caixa no período, avaliando as entradas e saídas de recursos, bem como as necessidades operacionais e estratégicas da carteira, de modo a assegurar liquidez adequada, aderência aos limites regulamentares e alinhamento à meta atuarial estabelecida.

5.1 – Destinação das Receitas

As receitas recebidas pelo FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão aplicadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00
Taxa de administração	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 49,16% Aportes	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84
Outros créditos	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	11.484.558/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 50,84% Aportes		
Compensação Previdenciária		
Outros créditos		

5.2 – Pagamento de Despesas

As despesas do FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão realizadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI e ou BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00 03.399.411/0001-90
Despesas administrativas	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	11.484.558/0001-06
Compensação Previdenciária		

5.3 – Procedimentos Operacionais

Os valores que retornarem à conta corrente do Banco Bradesco, em razão de ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta específica da **Caixa Econômica Federal (agência 0964, conta corrente nº 000574427394-4)**, com possibilidade de aplicação automática.

Na eventual impossibilidade de movimentação pelo sistema da Caixa Econômica Federal, a operação será realizada por meio da conta corrente do Banco Bradesco, mediante resgate do fundo **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e ou **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, devendo o valor ser posteriormente recomposto em um dos Fundos que recebam os recursos previdenciários.

Considerando a alocação dos recursos das contribuições previdenciárias no Banco Bradesco, atualmente por meio dos fundos **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, destinados ao recebimento das contribuições e ao pagamento da folha de aposentados e pensionistas;

Na hipótese de dificuldade operacional, poderão ser utilizados, alternativamente, recursos do fundo **CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ: 14.508.605/0001-00**, de modo a assegurar a regularidade dos pagamentos.

O Comitê de Investimentos sugere, ainda, a aplicação automática nos fundos **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES** - CNPJ: 14.508.643/0001-55 e no fundo **BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO** - CNPJ: 63.197.387/0001-38 dos recursos que, em razão de limitações operacionais ou de horários bancários, não possam ser tempestivamente aplicados nos fundos definidos nesta Ata, podendo ser mantido saldo mínimo necessário para preservação da operacionalidade do referido fundo.

5.4 – Proposições

I – Movimentação Estrutural

Considerando:

- Que o fundo de investimento SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA possui exige movimentação mínima de R$1.000,00 por operação, o que tem gerado limitações operacionais para a realização de pagamentos de menor valor, especialmente aquelas relacionadas às compensações previdenciárias;
- A necessidade de manutenção de parcela dos recursos em fundo de elevada liquidez, que possibilite maior flexibilidade para movimentações financeiras de pequeno porte e atenda adequadamente às demandas operacionais do RPPS;

O Comitê de Investimentos sugere o resgate total dos recursos aplicados no fundo SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº 24.634.187/0001-43, com posterior aplicação no fundo CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ nº 05.164.356/0001-84, visando proporcionar maior eficiência operacional e adequação à rotina financeira do RPPS.

II – Movimentação estratégica

Considerando:

- O atual cenário econômico, caracterizado pela manutenção da taxa SELIC em patamar elevado e pela redução do ritmo de flexibilização monetária, fator que tem impactado negativamente os ativos prefixados de curto e médio prazos;
- O desempenho consistente e a atrativa rentabilidade apresentada pelo fundo SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA;
- A oportunidade de ampliação da exposição a títulos públicos por meio de fundos de vértice, alinhada aos objetivos de longo prazo da carteira previdenciária;
- O desempenho menos favorável dos ativos atrelados ao índice IRF-M, especialmente do fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP;

O Comitê de Investimentos sugere o resgate total do fundo ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, com posterior realocação dos recursos conforme a distribuição apresentada na tabela abaixo:

FUNDO ORIGEM	FUNDO DESTINO	VALOR
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	SICREDI LIQUIDEZ EMPR DI RF, CNPJ 24.634.187/0001-43	R$4.000.000,00
	VÉRTICE 2028	R$30.000.000,00
	BRADESCO FEDERAL EXTRA RF REF DI, CNPJ 03.256.793/0001-00	Saldo remanescente R$15.065.638,46 (Aprox.)

O Comitê de Investimentos sugere resgate total do fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ 14.508.605/0001-00, observada margem de segurança de 0,80% em relação ao valor da cota de aplicação, com aplicação dos recursos no fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, CNPJ 11.061.230/0001-87.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Os membros do Comitê de Investimentos participaram, desde a última reunião ordinária, dos seguintes eventos:
- Reunião presencial com representantes da SICREDI em 25/05/2026;
- Reunião presencial com representantes do Santander em 11/06/2026;
- Reunião virtual com representantes do Banco do Brasil em 16/06/2026;
- Reunião presencial com representantes do BTG Pactual em 17/06/2026;

b) Em razão da impossibilidade de comparecimento do membro titular Sr. Ricardo Pereira da Silva, foi convocada a membro suplente Miriam Tamasiro;
c) O membro titular Sr. Cristiano de Mola participou da reunião de forma virtual;
d) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12h00. Eu, Victor Lopes Schiavetti, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO TITULAR

MIRIAM TAMASIRO
MEMBRO SUPLENTE

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR